



Anais da Assembléia

Nº 077

CURTIPÁ, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Militinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB - 10:** Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB - 10:** Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB - 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cantano; **PPB - 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL - 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT - 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 049.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Adur e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Welvo Raldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Felinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Peto Picha, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Possoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Emerson Nerone (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ermelino Agostinho de Leão Neto, ocorrido no dia 24 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 03.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido aos 24 de fevereiro de 1920,

em Antonina-PR, o Sr. Ermelino de Leão Neto começou a estudar no antigo Colégio Santa Maria, para formar-se, posteriormente, no curso de Bacharelado em Direito na UFPR. Seu primeiro emprego foi numa agência de Correios. Prestou concurso para o Ministério Público, instituição a qual serviu como Promotor substituto até que foi convidado pelo ex-Governador Ney Praga para ser seu assessor. Por conseguinte, atuou nas duas gestões de Ney Praga passando pela Secretaria da Justiça e pela Secretaria da Educação.

Atualmente o Sr. Ermelino de Leão Neto era o Oficial do 1.^o Ofício de Registro Civil de Curitiba, função por ele exercida durante os últimos 30 anos. Considerado um homem digno de imenso respeito e decoro, deixa os filhos: Picardo Augusto de Leão - estudante do 3.^o ano de Direito da FUC, e agora, Oficial do 1.^o Ofício de Registro Civil de Curitiba; Tatiane de Leão - psicóloga; Rosane Marie de Leão; Regina de Leão Serafine - psicóloga e pedagoga, casada com Sérgio Zunedo Serafine, médico; Rejane Celis de Leão Picheth - psicóloga, casada com João Picheth.

REQUERIMENTO N.^o 222

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1.^o, III do Reg. Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, manifestação de pesar, pelo falecimento do Senhor Ludovico Pauka, pioneiro do Município de São João do Caiuá, ocorrido no último dia 27.

Outrossim, solicita o envio de correspondência à esposa do falecido, Senhora Ezeziela Tarniovi Pauka e ao Senhor Cláudio Pauka, DD. Prefeito Municipal (Rua Dom Pedro II, 800, CEP:87.740-000, São João do Caiuá-PR).

Sala das Sessões, em 03.06.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata desta Casa de Leis, de nossa manifestação de pesar, demonstra também o sentimento da população de São João do Caiuá, pela falta que faz o pioneiro Ludovico Pauka.

Residia ele em Rancharia, Estado de São Paulo, quando decidiu mudar-se para São João do Caiuá em 1951.

Sempre dedicou-se às lides rurais, desempenhando com dedicação, trabalho e honestidade o difícil mister de "laborar a terra", para o sustento próprio e de sua família.

Era casado com Dora Ezeziela Tarniovi Pauka, com quem teve 04 filhos: Cláudio Pauka, Prefeito Municipal de São João do Caiuá, Maria Luíza, Helena e Eugênia.

Lutava ele contra uma enfermidade pro-

longada, vindo a falecer em 27 de maio deste, com 80 anos de idade.

Nestes 45 anos que viveu em São João do Caiuá, deixou vários amigos, que sentiram muito sua falta.

Por isso, pedimos a inserção em Ata do Poder Legislativo Estadual, manifestação de pesar, pelo falecimento deste pioneiro, genitor do atual Prefeito Municipal de São João do Caiuá.

REQUERIMENTO N° 220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Octávio Jorge de Cesar Valeixo, pela investidura no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.06.96

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Chegar à cúpula do Judiciário Paranaense é o merecido reconhecimento à competência do brilhante Juiz Octávio Jorge de Cesar Valeixo, considerado em todo o País como uma das maiores autoridades em trânsito. A Justiça deve ao Dr. Valeixo, agora Desembargador, a consolidação da tese do dolo eventual nos crimes de trânsito. E para coroar seu trabalho, ao mesmo tempo em que passa a compor os quadros mais altos do Judiciário deste Estado, o Supremo Tribunal Federal publica acórdão corroborando esse entendimento.

É a dedicação de toda uma vida recompensada por estes dois acontecimentos. É justamente por acompanharmos as atividades do Juiz Octávio Jorge de Cesar Valeixo durante muitos anos, é que queremos prestar uma simples homenagem, através destes votos de congratulações, a esta figura brilhante da Justiça do Paraná, por sua promoção ao cargo de Desembargador.

REQUERIMENTO N° 218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Hirotoshi Taminato, Mui Digno Diretor Superintendente da SUDEFHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, solicitando a liberação de 80 (oitenta) tubos de 60 mm, para ser utilizado na canalização da rua Ahumai, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Vereador Vilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá, 4863 - CEP 87.502-080).

Sala das Sessões, em 03.06.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão fundamenta-se em proposta do Legislativo de Umuarama, através do Vereador Vilson Oliveira Ferraz, quando expõe a dificuldade enfrentada pela população da rua Ahumai, com frequentes alagamentos.

O problema poderá ser solucionado com a participação da SUDEFHSA na liberação dos 80 tubos viabilizando-se assim, a canalização do referido trecho.

REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando seja designado um Delegado Especial para investigar o assassinato do Vereador Ailton Garcia da Silva, ocorrido em 22 de abril deste ano, no Município de Santa Lúcia, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03.06.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em 23 de abril próximo passado, encaminhamos requerimento de Plenário propondo um voto de pesar pelo falecimento trágico do Vereador Ailton Garcia da Silva, do Município de Santa Lúcia, fazendo também um alerta para o crescimento da violência que vem tomando conta do País e causando pânico à sociedade.

Voltamos hoje a pedir o apoio dos nobres Parlamentares desta Assembléia, objetivando obter do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública a designação de um Delegado Especial para investigar o brutal assassinato perpetrado, vez que, até o momento, nada foi apurado, gerando um clima de descrédito na justiça junto à população local.

Há que se salientar que, uns 60 dias antes da ocorrência do fato criminoso, o Vereador Ailton Garcia da Silva havia registrado estar sendo ameaçado de morte, junto à Delegacia de Polícia local, todavia, nenhuma providência foi tomada a respeito.

Assim, necessário se faz que seja designado um Delegado Especial para elucidar esse crime, evitando que seus autores fiquem impunes e para que a população local volte a acreditar na Justiça.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 230/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Justiniano Clímaco da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, Justiniano Clímaco da Silva formou-se em Medicina, o único negro numa turma de 94 homens e só uma mulher. Em 1938, aos 30 anos, veio para Londrina pelas mãos do amigo Milton Fibeiro de Menezes.

Como os outros, e eram poucos, médicos que haviam em Londrina, Doutor Clímaco atendia mais aos pobres do que aos que podiam pagar. Viveu as vicissitudes de clinicar numa pequena cidade, que recém nascia: não havia anestesia, nem raios-X e os tumores eram descobertos por apalpação.

JUSTIFICATIVA:

Em 1947, já famoso, decidiu ingressar na política, elegendo-se Deputado Estadual Constituinte pelo Partido Social Democrático. Passou então a lutar por um hospital de tuberculosos na região e, com a ajuda do Deputado Federal Munhoz de Mello, reivindicou e conseguiu junto ao Presidente Dutra o referido hospital, hoje Hospital Universitário, orgulho de Londrina e da região norte do Estado.

A contribuição desse baiano para Londrina, como médico e como político, é notória. Nada mais justo do que reconhecimento desta Casa de Leis, concedendo ao mesmo o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

É a razão de nossa proposição, para a qual pleiteamos o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

FEDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 116/96, que dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência

dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, de conformidade com o art. 93 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro e art. 109 da Constituição do Estado do Paraná. **Aprovado.**

FEDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 116/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Da Criação e Estrutura do Sistema

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do Poder Judiciário, o Sistema Estadual de Juizados Especiais.

Art. 2º - Integram o Sistema Estadual de Juizados Especiais:

- I - O Conselho de Supervisão;
- II - Os Juizados Especiais Cíveis;
- III - Os Juizados Especiais Criminais;
- IV - As Turmas Recursais Cíveis;
- V - As Turmas Recursais Criminais.

Art. 3º - Os Juizados Especiais constituem-se em unidades jurisdicionais, com a estrutura prevista nesta lei:

CAPÍTULO II

Do Conselho de Supervisão

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 4º - Compõem o Conselho de Supervisão:

- I - O Presidente do Tribunal de Justiça;
- II - O vice-Presidente do Tribunal de Justiça;
- III - O Corregedor Geral de Justiça;
- IV - Um Juiz Diretor do Juizado Especial Cível da Capital;
- V - O Juiz Diretor do Juizado Especial Criminal da Capital;
- VI - Um Representante da Turma Recursal Cível da Capital;
- VII - Um Representante da Turma Recursal Criminal da Capital

Parágrafo Único - Os membros relacionados nos incisos IV a VII serão indicados pelo Conselho da Magistratura.

SEÇÃO II

Da Competência

Art. 5º - Ao Conselho de Supervisão compete planejar e supervisionar no plano administrativo, a instalação e o funcionamento dos Juizados Especiais, sem prejuízo da competência da Corregedoria Geral de

Justiça.

CAPÍTULO III Dos Juizados Especiais

SEÇÃO I Da Composição

Art. 6º - A unidade jurisdicional dos Juizados Especiais será composta de:

- I - Juiz de Direito;
- II - Juizes Leigos
- III - Conciliadores.

Art. 7º - Os Juizados Especiais serão presididos por Juizes de Direito integrantes da carreira da magistratura.

Art. 8º - O Conselho de Supervisão estabelecerá o número de Juizes Leigos e Conciliadores que atuarão nas unidades jurisdicionais, de acordo com a necessidade das mesmas.

§ 1º - Os Juizes Leigos e Conciliadores serão, por indicação do Juiz em exercício nos respectivos Juizados, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo.

§ 2º - Aplicam-se os efeitos da Lei Estadual nº 11.051/95 aos Juizes Leigos e Conciliadores.

§ 3º - As atividades dos Juizes Leigos e dos Conciliadores, serão consideradas serviço público relevante e, ainda, título para provimento de cargos do poder Judiciário e dos órgãos que exerça, funções essenciais à Justiça.

SEÇÃO II Da Competência do Juizado Especial Cível

Art. 9º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- I - As de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;
- II - As enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
- III - As ações de despejo para uso próprio;
- IV - As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial Cível promover a execução:

- I - Dos seus julgados;
- II - Dos títulos executivos extrajudiciais de valor até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º, da Lei nº 9.099/95.

§ 2º - Ficam excluídas da competência

do Juizado Especial Cível as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, assim como as relativas a acidente do trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de curho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto no § 3º do artigo 3º da Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito que exceder ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

§ 4º - A opção pelos Juizados Especiais Cíveis é do autor da ação.

SEÇÃO III Da Competência do Juizado Especial Criminal

Art. 10 - O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, processo e julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas:

I - Os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os que a lei preveja procedimento especial;

II - As contravenções penais.

Parágrafo Único - Compete ao Juizado Especial Criminal promover a execução dos seus julgados.

CAPÍTULO IV Das Turmas Recursais

SEÇÃO I Da Composição

Art. 11 - Cada Turma Recursal Cível e Criminal será composta de 3 (três) Juizes de Direito e 1 (um) Juiz de Direito Suplente, em exercício no primeiro grau de jurisdição.

§ 1º - A Turma Recursal será presidida pelo Juiz mais antigo dentre os seus componentes.

§ 2º - As funções administrativas e de chefia junto a cada uma das Turmas Recursais serão exercidas por Secretário, atendidas as condições previstas no art. 26 desta Lei.

SEÇÃO II Da Competência

Art. 12 - Incumbe às Turmas Recursais julgar, em grau de recurso, as causas de competência dos Juizados Especiais enumeradas nesta lei.

SEÇÃO III Da Organização e Funcionamento

Art. 13 - A organização e funcionamento das Turmas Recursais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - O Conselho da Magistratura poderá autorizar, observadas as peculiaridades locais, o funcionamento dos órgãos de que trata esta Lei fora do dia e o horário forense fixados pela Organização Judiciária.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias

Art. 14 - Os atuais Juizados de Pequenas Causas e Turmas Recursais ficam transformados em Juizados Especiais Cíveis e respectivas Turmas Recursais.

Art. 15 - Enquanto não instalados os Juizados Especiais, compete aos Juizes Cíveis e Criminais designados e nas respectivas áreas de atuação a matéria a eles atribuída pela Lei n° 9.099/95.

Art. 16 - Os processos em curso nas Varas Cíveis não poderão ser remetidos ao respectivo Juizado Especial, ainda que com anuência das partes.

Art. 17 - Não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada as disposições processuais da Lei n° 9.099/95.

Art. 18 - As demais normas necessárias a instalação e funcionamento dos Juizados Especiais serão objeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 19 - Ficam criados os seguintes cargos:

I - 26 (vinte e seis) cargos de Juiz de Direito de entrância final, sendo 12 (doze) cargos para a Comarca de Curitiba, 5 (cinco) cargos para a Comarca de Londrina, 3 (três) cargos para a Comarca de Maringá, 2 (dois) cargos para a Comarca de Cascavel, 2 (dois) cargos para a Comarca de Ponta Grossa e 2 (dois) cargos para a Comarca de Foz do Iguaçu;

II - 1 (um) cargo de Secretário do Conselho de Supervisão, referência PJ I-nível 1;

III - 10 (dez) cargos de Secretário de Turmas Recursais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

IV - 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 1;

V - 14 (quatorze) cargos de Secretário de Turmas Recursais de entrância intermediária, referência PJ I - nível 2;

VI - 24 (vinte e quatro) cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 4;

VII - 23 (vinte e três) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I - nível 6.

Art. 20 - O cargo de Escrivão de entrância final, criado pela Lei Estadual n° 8280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Secretário dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 1.

Art. 21 - O cargo de Auxiliar de Cartório de entrância final, criado pela Lei Estadual n° 8.280/86, em seu artigo 36, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 22 - Os 02 (dois) cargos de Oficial de Justiça de entrância final, criado pela Lei Estadual n° 8.280/86, em seu artigo 36, ficam transformados em dois cargos de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 4.

Art. 23 - Os 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas para as Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, Piraquara e Rio Branco do Sul, criados pela Lei Estadual n° 8.623/87, em seu artigo 249, ficam transformados em 05 (cinco) cargos de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância intermediária, referência PJ I, nível 7.

Art. 24 - O cargo de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual n° 8.623/87, em seu artigo 254, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 25 - O cargo de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas, criado pela Lei Estadual n° 8.623/87, em seu artigo 255, fica transformado no cargo de Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais de entrância final, referência PJ I, nível 6.

Art. 26 - Os cargos de Secretário dos Juizados Especiais correspondem ao de Escrivão e deverão ser preenchidos por Bacharel em Direito admitido pela forma legal.

Art. 27 - Para o provimento dos cargos de Auxiliar de Cartório e Oficial de Ju-

tiça da entrância final de que trata a presente lei, será requisitado o certificado de conclusão do segundo grau.

Art. 28 - Os servidores que ocuparem os cargos criados nesta Lei não poderão, a qualquer título, ser lotados ou designados em outra unidade administrativa.

Art. 29 - Os feitos apresentados perante os Juizados Especiais serão anotados no distribuidor respectivo da Comarca.

Parágrafo Único - Em matéria criminal será observado o disposto nos § 4º e 6º, do Art. 76 da Lei Federal nº 9.099/95.

Art. 30 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Parágrafo Único - Para o exercício financeiro de 1996, fica o Poder Executivo autorizado a indicar recursos orçamentários e financeiros para cobertura de um crédito adicional no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ao Poder Judiciário.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.05.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
CFSAP SELEME - Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Social São Leopoldo, com sede e foro em Curitiba. COM PAPECEP FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA FM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Cascavel - ABECAP, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PAPECEP FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 25.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 084/96

P A P E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Edgar Bueno, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Cascavel - ABECAP.

Estando em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 6.994, que

dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de sociedades civis no Estado, e não havendo, ainda, impedimentos de ordem legal ou constitucional que possam obstar seu prosseguimento, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CAITO QUINTANA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara o dia 27 de outubro de cada ano, como sendo o Dia do Policial Rodoviário Paranaense. COM PAPECEP FAVORÁVEL DA C.C.J. e S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL COM PAPECEP FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 25.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 085/96

P A P E C E R :

Relatório

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo declarar o dia 27 de outubro de cada ano, como sendo o Dia do Policial Rodoviário Paranaense.

Fundamentação

Tal propositura foi analisada preliminarmente pela Assessoria Jurídica da Diretoria Legislativa merecendo sugestão de nova redação para melhor adaptar-se a normas de redação legislativa.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis, e mais, houve por bem acatar a sugestão acima citada.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, através do Substitutivo Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 085/96

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná o Dia do Policial Rodoviário Paranaense, a ser comemorado no dia 27 de outubro de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 085/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, tem por finalidade declarar o dia 27 de outubro de cada ano, como o Dia do Policial Rodoviário Paranaense.

Tal proposição recebeu uma melhor adaptação em sua redação através da Diretoria Legislativa da Assembléia Legislativa.

A douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, apresentou Emenda Substitutiva Geral, de acordo com as normas de redação legislativa.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, nada encontramos, que possa prejudicar a sua tramitação nesta Casa de Leis, levando-se em conta a homenagem prestada a esses profissionais que nos proporcionam segurança e confiança ao trafegarmos por nossas estradas.

Somos de parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Nossa Senhora do Rosário de Belém, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 32, de 02.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 114/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Túlio que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Nossa Senhora do Rosário de Belém, com sede e foro nesta Capital.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NEFONE - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Izabel,

Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. n° 35, de 09.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 119/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Izabel, Município de Londrina.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 120/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ivaina, Ensino de Primeiro Grau, com sede do Distrito de Ivaina, Município de Santa Cruz de Monte Castelo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 35 de 09.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 120/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Walmor Trentini que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ivaina, Ensino de Primeiro Grau, com sede no Distrito de Ivaina, Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTAFIO - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 124/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio Azul, com sede no Município de Pio Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO. (Publ. no D.A. n° 36, de 10.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 124/96

P A R E C E R:

Analisando esta proposição verificamos que o Projeto de Lei nº 124/96, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede no Município de Rio Azul.

A proposta com a documentação apresentada, atende aos requisitos da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta o assunto, entretanto, estamos apresentando substitutivo geral para acrescentar ao Art. 1º do projeto: "e Foro na Comarca de Rebouças".

Nestas condições o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIRELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Abertura de prazos para Emenda à Constituição.

Esta Presidência em base do Art. 192 do Regimento Interno, abre o prazo por 03 dias, a contar do dia 04, 05 e 07 do corrente mês para oferecimento de emendas com apoioamento Constitucional e Regimental à proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, conforme segue disposição 047/96 de autoria do ilustre Deputado Nelson Justus, e outros que alteram o § 3º do Art. 61 da Constituição do Estado do Paraná.

Sobre a mesa, Requerimento nº 184, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 218, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 222, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 223, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado

Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Acho que toda a Assembléia Legislativa e o Estado do Paraná sabem as dificuldades que passa o sistema financeiro nacional.

Quero fazer um comunicado, que o Banco do Estado do Paraná está fazendo uma campanha, junto aos seus funcionários, à sociedade paranaense, no sentido de fazer com que o Banco do Estado do Paraná se capitalize em setecentos milhões de reais.

Além das iniciativas do Banco do Estado para cobrar a grande inadimplência, a dívida que tem do setor empresarial, que está numa dificuldade, para fazer com que as dívidas sejam pagas. O Banco do Estado está fazendo uma campanha, seguindo o exemplo da campanha anterior, que teve pleno êxito, que alcançou quinhentos milhões de reais, no ano passado.

Me preocupa muito, Senhor Presidente, que não está entendendo a posição da diretoria do banco, quando está obrigando os funcionários das agências a saírem de suas agências a trabalharem em outras agências.

Explico essa minha preocupação: porque um caixa, um subgerente, um funcionário do banco, ele estabelece relações com a comunidade. E, num momento, quando é para fazer a captação, é importante esse conhecimento.

Então, a diretoria do banco, ao obrigar que, hoje, 20 funcionários de uma agência sejam transferidos para uma outra agência, desestrutura completamente a possibilidade de que o banco tenha sucesso, nesta sua campanha importante para o Estado do Paraná.

Quero dizer, que amanhã, estou entrando com um pedido de informações. Gostaria de adiantar já ao Líder do Governo, porque correm alguns boatos, algumas informações meio complicadas na Cidade de Curitiba. De que o Banco do Estado do Paraná, Deputado Algaci Túlio, autorizou o empréstimo de um milhão e duzentos mil reais para a Empresa Tajimarral, sete dias antes dessa empresa pedir concordata e abrir falência na Cidade de Curitiba.

Então, num momento como esse, em que o banco está fazendo uma campanha enorme, para captar recursos e está fazendo estudos para renegociar a dívida da maioria dos empresários do nosso Estado, que está com problemas financeiros. O Banco do Estado liberar um milhão e duzentos mil reais para a Construtora Tajimarral e não saber que, sete dias depois, esta empresa iria abrir pedido de falência, é uma preocupação que trazemos, aqui, para a Assembléia Legislativa.

Então, amanhã, estou fazendo um pedido de informações, com documentação, no sen-

tido de trazer essas ponderações ao Governo do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a Questão de Ordem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 084, 085, 114, 119, 120 e 124/96.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Dúlio Genari, Geraldo Cartário, Albanor Gomes, Florisvaldo Fier e Milton Puppio. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação as Atas das últimas reuniões, as quais foram aprovadas por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar n.º 116/96, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO

na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. 02) Projeto de Lei n.º 010/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 458/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 227/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 326/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO ao projeto de lei, porém é FAVORÁVEL o Substitutivo Geral da Comissão de Educação; 06) Projeto de Lei Complementar n.º 347/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO. Colocado em votação, constatou-se que os demais Deputados votaram CONTRA o Parecer do Relator. A seguir o Senhor Presidente, designou como novo Relator o Senhor Deputado Geraldo Cartário. 07) Projeto de Lei n.º 016/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO. Após ter sido colocado em votação, constatou-se que os demais Deputados votaram contra o parecer do Relator. O Senhor Presidente, designou como novo Relator o Senhor Deputado Dúlio Genari. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DUFVAL AMARAL
Presidente
WILSON PENKA
Secretário